



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10861 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

UMA ESCOLA PARA OS COLONOS: O CASO DO SUDOESTE DO PARANÁ (1950-1980)

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

UMA ESCOLA PARA OS COLONOS: O CASO DO SUDOESTE DO PARANÁ (1950-1980)

Schelbauer (2014) afirma que a ocupação de extensas regiões do Paraná envolvendo o norte, o oeste e o sudoeste do estado fizeram parte de políticas de ocupação incentivada por governadores ao longo do século XX. Assim, paulistas e mineiros se estabeleceram na região norte do estado e populações descendentes de alemães e italianos se concentraram no oeste e sudoeste. Iniciativas do governo federal também foram implementadas. Durante o governo de Getúlio Vargas, diversos projetos, como a Companhia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), foram responsáveis pela fixação de pessoas vindas de outros estados. Ocupar a fronteira com pessoas e atividades agrícolas era importante para inibir qualquer possível tentativa de invasão por parte dos países vizinhos.

A formação de um território agrícola com o apoio da CANGO, cuja sede foi localizada na atual cidade de Francisco Beltrão, foi uma iniciativa importante para a constituição da região. Por meio desse projeto buscava-se atrair os colonos dos estados vizinhos, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para a ocupação das terras. Assim, as políticas governamentais garantiam algumas condições iniciais para a instalação das famílias migrantes, como o acesso a madeiras para a construção de casas, sementes, ferramentas agrícolas e atendimento médico.

Entre os empreendimentos da Companhia estava a criação de escolas. Em 1948 foi construída a primeira delas, segundo registros presentes em relatos e documentos oficiais. A companhia ergueu e manteve vinte e sete escolas rurais de educação primária. Estas foram distribuídas por toda área de atuação. É oportuno destacar que, devido à falta de professores, a própria comunidade escolhia a pessoa com maior instrução para atuar na escola

(CATTELAN, 2014).

Aqui, o objetivo é compreender o processo de constituição das instituições escolares na região Sudoeste do Paraná. Para isso, buscamos apoiar a pesquisa a partir de um conjunto de estudos sobre a temática que envolveu o debate sobre a história das instituições escolares. Assim, busca-se compreender o papel da escola em uma região de ocupação recente e permeada por conflitos de terra. A organização dos espaços escolares em locais de difícil acesso e as dificuldades de sobrevivência das populações do campo, são alguns, dentre outros elementos presentes na história da educação da região do sudoeste paranaense. Neste sentido, optamos por identificar a constituição da escola em meio às mudanças que ocorriam, tanto localmente como o que se passava a nível nacional. É por meio desse procedimento metodológico que buscamos estabelecer a relação entre o contexto social, político, econômico e cultural e assim lançar luz para as reflexões sobre a função social da escola.

Atualmente as pesquisas sobre a história da educação tornaram-se uma importante área de investigação. No país, segundo Nosella e Buffa (2006), desde a década de 1990 as pesquisas em história da educação ganharam um novo folego. Isso vem se refletindo, tanto no número de publicações como na diversidade de temas e abordagens. Dentro dessa pluralidade temática, destaca-se os trabalhos sobre as instituições escolares. Parte disso se deve a criação e expansão dos cursos de pós-graduação, principalmente nas regiões Sudeste e Sul (NOSELLA, 2010). Houve também uma ampliação de temas de pesquisa com o uso de novas fontes, como materiais didáticos diversos, relatos orais, imagens, arquitetura das escolas e diversas outras. Assim, foi possível promover diferentes interpretações das experiências e dos fatos, bem como formas de compreender a identidade das escolas e as condições educacionais presentes nos diferentes espaços e tempos em que se dava a investigação.

Quando se desenvolvem estudos e pesquisas sobre a história da educação, se faz necessário considerar os diversos fatores de ordem econômica, social, política, religiosa e cultural que permearam a constituição e a organização dos espaços escolares. Dessa forma, a dinâmica da construção das primeiras escolas pode envolver questões como valores, sentidos e representações. Isso pode levar a uma abordagem muito particular e singular sobre o objeto de estudo que pouca ou nenhuma relação estabelece com o contexto social e histórico no qual a instituição escolar se encontra. Para evitar que isso ocorra, é importante um esforço do pesquisador em cotejar dados empíricos com o contexto mais amplo. É necessário um trabalho cuidadoso de investigação e espírito crítico que pode ajudar a revelar como se dá a relação entre o particular e o geral. Como argumenta Sanfelice (2008): “após o exaustivo levantamento e apresentação de dados empíricos de um objeto singular – instituição escolar – é ainda necessário explicitar suas múltiplas relações com o contexto social, político, cultural e econômico, entre outros” (p. 15).

Sabe-se que, por meio da criação da CANGO, as terras da região sudoeste do Paraná começaram a ser colonizadas. As famílias dos migrantes que chegavam nessa região, apresentavam pouca ou nenhuma escolaridade. Os registros demonstram que a maioria dos

filhos dos migrantes, bem como dos caboclos eram analfabetos. Um fato importante a ser destacado, foi que, além da ocupação das terras, a Companhia Agrícola buscava desenvolver uma economia local, o que nesse sentido, tornava necessário intensificar e promover a escolarização. Tratava-se, de certa forma, de um projeto audacioso de colonização, pois além de regular e distribuir terras para as famílias de pioneiros, a empresa colonizadora previa a instalação de escolas e outros equipamentos necessários para a manutenção das pessoas na terra. Desta forma, compreender os desafios que marcaram a dinâmica da organização das primeiras escolas possibilita um novo olhar para a realidade educacional.

No sudoeste as classes multisseriadas foram constituídas para atender a realidade da educação do campo. Ali, naquele espaço, conviviam crianças de diferentes faixas etárias, uma vez que não havia o número suficiente de alunos para formar turmas seriadas. A princípio esta informação parece comprovar muito do que ocorria em diferentes regiões do Brasil, no entanto é preciso localizá-la no contexto de uma nação que até a década de 1950 possuía uma população predominantemente rural e que ainda ensaiava políticas educacionais de maior alcance. Há uma relação entre o que ocorreu na região e o que estava sendo articulado na política nacional. Como indicam Nosella e Buffa (2006, p. 7): “a dificuldade principal reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma conveniente, o movimento real da sociedade, como insistem os marxistas. Evidenciar essa totalidade exige a adoção do método dialético e sua aplicação habilidosa”.

São muitos os exemplos dos que podem ser estabelecidos na relação entre escola e sociedade. Por isso, torna-se necessário preservar e valorizar as diferentes formas de registros históricos, bem como as memórias que marcam a trajetória da educação da região do sudoeste do Paraná. Assim, estudos e publicações sobre história das instituições escolares nos indicam pistas importantes que ajudam a compreender o processo da escolarização e suas inserções no plano mais amplo das medidas governamentais.

Como já mencionamos, a posse e povoamento do sudoeste insere-se em um conjunto de medidas, tanto por parte do Governo Estadual como do Federal para garantir a posse da área, principalmente aquela que estava mais próxima da fronteira com a Argentina, dados os interesses do país vizinho na área. Entre as iniciativas podemos citar o projeto político do Governo Federal intitulado de “Marcha para o Oeste” (ZATTA, 2016). Com isso, no ano de 1943 se instalou nessa região a chamada Companhia Agrícola Nacional General Osório. Esta iniciativa tinha a função de colonização de áreas tidas como vazios demográficos, especialmente na área de fronteira, evitando assim a ocupação das terras por povos vizinhos.

Com a instalação da CANGO, foram distribuídos lotes de terra gratuitos às famílias. A oferta das terras levou muitas pessoas do oeste catarinense e também do noroeste do Rio Grande do Sul a migrarem para o sudoeste paranaense. O povoamento se instalou inicialmente às margens do Rio Marrecas. Com ele veio a construção de serraria, hospital, olaria, ferraria e uma escola, na qual em 1948 ocorreu a primeira aula (CATTELAN; CASTANHA, 2013). Essas primeiras instalações eram todas feitas em madeira, uma vez que

a terra, até então, estava coberta de mata de araucárias. Em uma publicação da década de 1960 da Revista Geográfica Brasileira, Martins et al. apontou como se deu a ocupação das terras do sudoeste:

Em 1940 o Sudoeste paranaense apresentava uma densidade demográfica de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, correspondendo à cerca de 23 000 habitantes (33), 15 vezes inferior à densidade demográfica de 1967. Essa enorme diferença de densidade deve-se principalmente ao afluxo de colonos gaúchos e catarinenses, sobretudo daqueles que se deslocaram de seus estados para a região. Esse movimento migratório para o Sudoeste começou a tomar vulto a partir de 1945, e resulta de problemas relacionados às densidades agrárias, à subdivisão fundiária, e ao esgotamento dos solos nas regiões coloniais de povoamento mais antigo (1970, p. 06).

Como o povoado se instalou às margens do Rio Marrecas, o lugar ficou conhecido como Vila Marrecas. Esta foi emancipada do município de Clevelândia em 1951 e em 1952 passou a ser município, tendo como nome de Francisco Beltrão que é uma homenagem ao engenheiro que atuou na colonização (CATTELAN; CASTANHA, 2013). Mas, somente após a primeira eleição que se deu oficialmente o título de município.

Antes da emancipação, a Vila Marrecas possuía, em 1947, cerca de 2.529 habitantes. Depois de 02 anos, a Vila possuía mais de 6.000 mil habitantes (CATTELAN; CASTANHA, 2013). Isso fez com que a população demandasse por mais escolas. Nesta época, havia cerca de 15 unidades escolares que eram mantidas pela CANGO, sendo uma dessas localizada na sede do município e as outras todas em lugares mais afastados pelo interior do município. Após a emancipação da cidade, a CANGO continuou mantendo as escolas, mas houve a necessidade da administração municipal de Francisco Beltrão assumir a construção de mais escolas, principalmente em locais mais distantes.

A maioria dos professores nesse período eram desprovidos de formação, então as pessoas que detinham um pouco mais de conhecimento se tornavam os professores nas escolas. As instalações escolares deste período eram constituídas por classes multisseriadas. Para a escolha dos professores era feita uma reunião na comunidade. Assim, a população da mesma decidia quem, entre seus moradores, iria assumir as classes (CATTELAN, 2018). Esta situação de falta de profissionais formados também foi mencionada em um artigo da Revista Geográfica Brasileira:

Também devido a esse tipo de povoamento recente relaciona-se o elevado número de professores não-formados, tanto no ensino primário como no médio; em 1964, segundo o Censo Escolar, cerca de 80% do corpo docente do ensino primário de toda a região era constituído por pessoas que tinham apenas o curso primário completo ou incompleto. As exceções parecem ser encontradas apenas em Pato Branco e em Francisco Beltrão, as duas principais cidades regionais, e na cidade de Planalto, onde se processou uma colonização organizada, tendo havido imigração de professoras primárias formadas. No ensino médio é comum que os professores sejam recrutados entre os advogados, contadores, dentistas farmacêuticos, bem como entre aqueles que possuem o curso de professor primário

(MARTINS et al, 1970, p. 103).

Com o passar dos anos e a chegada de mais imigrantes, juntos desses também vieram para essa região mais crianças e jovens em idade escolar. Mesmo com o passar dos anos o número de professores leigos ainda era alto. Cattelan (2018) apresentou alguns dados que são bem alarmantes, começando pela forma como as pessoas se tornavam professores. Era realizada uma prova que tratava das quatro operações básicas da matemática e um ditado de cerca de 20 palavras. Calcula-se que o número de professores sem habilitação superava quarenta por cento das classes do interior do município. Esta situação vai se manter por mais tempo. Em um Relatório da Administração do Prefeito Deni Lineu Schwartz (1969-1973) ainda havia menção a escassez de professores normalistas para assumir salas de aula, especialmente no meio rural.

Racionalização dos recursos humanos mediante o contrato de pessoal classificado por concursos de habilitação, dando-se prioritariamente ao professor normalista, fornecendo-lhe condições para atuar no interior. Apesar dos esforços dispensados nesse sentido, há muito a desejar.(FRANCISCO BELTRÃO, 1973, p. 85-86).

O Relatório também afirmava que “está havendo problema, cada vez mais sério, para o recrutamento de professores, inclusive normalistas, que tendem a continuar os seus estudos em outras cidades” (FRANCISCO BELTRÃO, 1973, p. 93).

No ano de 1964 já havia alguns cursos de formação para os professores, esses eram ofertados na cidade de Francisco Beltrão e duravam cerca de quarenta dias. Tais cursos eram para auxiliar os professores a planejarem suas aulas e também os auxiliavam com material didático. Essa formação de curta duração era para todos os professores, tanto os da cidade quando os que trabalhavam no interior do município. Um dado que chama atenção era que além dessa formação, os professores do meio rural se reuniam para planejarem juntos aulas específicas para alunos do campo (CATTELAN, 2018).

Já ao final da década de 60 também havia registros de outros cursos ministrados para os professores, um deles foi de matemática moderna. Curso este que era oferecido pelo IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas). Além deste, eram oferecidas outras formações. A oferta de cursos visava, ainda que precariamente, dar uma formação básica às professoras e professores.

A constituição da escola no sudoeste paranaense estava atrelada aos projetos de ocupação de áreas até então pouco exploradas e que de certa forma representava um desafio para consolidação das fronteiras e também a construção da hegemonia do país na América do Sul. Além disso, é preciso considerar a nova fase de expansão do capitalismo mundial que transferiu para as nações periféricas como a nossa, parte importante de suas indústrias. Em pouco mais de trinta anos (1950-1980) o Brasil vivenciou transformações significativas na sua matriz produtiva. Houve uma expansão urbana sem precedentes e um crescente e rápido esvaziamento das populações dos campos:

Este crescimento foi comandado pela indústria de transformação que, no conjunto, cresceu a uma taxa média de 8,5 por cento ao ano: na verdade, o crescimento brasileiro no período foi profundamente marcado pela notável expansão da indústria de bens duráveis de consumo, que cresceu à taxa média de 15,3 por cento ao ano, atingindo taxas de crescimento superiores a 23,0 por cento ao ano nos momentos expansivos dos ciclos que ocorreram no período (1955-62 e 1967-73). Também os setores de bens intermediários e de bens de capital cresceram a taxas médias elevadas (10,5 e 12,8 por cento ao ano, respectivamente) (FARIA, 2008, p. 188).

Como apontou Faria (2008) é difícil qualquer país passar por um período tão intenso de expansão econômica sem vivenciar o outro lado dessa condição. Na verdade, antigos problemas tornaram-se mais visíveis e outros surgiram, como a concentração demográfica nas cidades, precarização das condições de moradia, saúde, educação e outros. A expansão da indústria de bens duráveis e de produção exigiu uma grande concentração de capitais. No entanto, esse processo não permitiu a instalação de um setor industrial autônomo em relação ao capital externo. Estas empresas, “desenvolveram-se dependentes — direta ou indiretamente — do grande capital internacional ou multinacional” (FARIA, 2008, p. 190).

Em pleno contexto de intensa urbanização e industrialização a região sudoeste do Paraná se constituía em uma área que precisava ser inserida no modelo econômico vigente, ainda que na condição de fornecedora de matérias-primas e ampliação do mercado consumidor para os novos produtos fabricados pelas multinacionais. Assim, a constituição da escola tinha como objetivo a formação de novos trabalhadores e consumidores que pudessem responder aos interesses da expansão do capital multinacional e, ao mesmo tempo, consolidar a ocupação de áreas, previsto nos projetos de colonização que vinham sendo implementados pelo Estado brasileiro desde as primeiras décadas do século XX. Garantir a presença da escola, mesmo que inicialmente em condições precárias, improvisadas, com professores sem formação adequada era uma forma de inserir a nação no mundo industrial e urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição da escola. Projetos de ocupação. Escolas do campo.

Referências

BELLIATO, Moacir da Costa. **O colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização no município de Francisco Beltrão – PR (1951-1982)**. 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2017.

CATTELAN, Carla. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada**. 2014. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2014.

CATTELAN, Carla. História da formação do professorado rural primário em Francisco Beltrão - PR (1948 A 1980): o ensino multisseriado. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –

CONEDU, 5., 2018. **Anais [...]**. Campina Grande, v. 1, 2018, p. 1-15. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CATTELAN, Carla; CASTANHA, André Paulo. O desenvolvimento educacional de Francisco Beltrão em meio a luta pela terra, 1940-1960. *In: JORNADA DO HISTEDBR*, 11., 2013. **Anais [...]**. Cascavel, 2013, p. 1-12.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. *In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T. (org.). Sociedade e política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 182-244.

FRANCISCO BELTRÃO: **Relatório da Administração Engº. Deni Lineu Schwartz: gestão 1969-1973**. Francisco Beltrão, 1973.

MARTINS, Fany Haus; BREMALKER, Francois Eugène Jean de; RUA, João; RIBEIRO, Luís Antônio de Moraes; CORRÊA, Roberto Lobato. Cidade e região no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, v 32, n. 2, 1970, p. 03-156.

NOSELLA, Paolo. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, p. 177-183, 2010.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. **HISTEDBR**, Campinas, 2006. p. 1-15. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 23 abr. 2021.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Hist. Educ.** [online], Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-79, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/zxsqpLwdJz6XxGvvWGpbxqz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 mar. 2021.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: 100 anos da Guerra do Contestado*, 15., 2016. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: 2016, p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1466125179_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhPF. Acesso em: 20 de abril de 2021.